



Estado do Pará
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BREU BRANCO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo Administrativo Nº: 018/2024

Dispensa de Licitação Nº: 014/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA VISANDO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA), EM ATENDIMENTO À CAMARA MUNICIPAL DE BREU BRANCO – PA.

RELATÓRIO

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, em entendimento à determinação contida no §1º, do artigo 11, da Resolução nº: 11.535/TCM de 1º de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de Direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os presentes autos administrativos, no qual referem-se a “contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto de engenharia visando sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), em atendimento à Câmara Municipal de Breu Branco – Pa, justificada a necessidade de prestação do serviço em epigrafe, tendo a melhor proposta a empresa, **MOISES FRANCISCO DOS SANTOS MEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 27.021.589/0001-60, com sede na Rua Padre Pedro Passos nº 41, Bairro: São Tarcísio, Município: Jaboticatubas-MG, CEP: 35.830-000, apresentou proposta cujo valor total foi de R\$ 27.000,00 (vinte e e sete mil reais), para a prestação do serviço ora vislumbrados pela Câmara Municipal de Breu Branco.

O processo segue acompanhado de DFD, ETP, autorização, solicitação de despesa, mapa de preços, justificativa, declaração de adequação orçamentária e indicação da respectiva fonte que irá subsidiar a despesa, cotações, portarias de designação necessárias, documentação da empresa com as certidões negativas pertinentes, declaração de dispensa de licitação e Parecer jurídico.

ANÁLISE

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 37, XXI a determinação de que as contratações realizadas pela Administração Pública devem ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para as obras, serviços, compra e alienações junto ao Poder Público.



Estado do Pará
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BREU BRANCO

A regulamentação do referido artigo encontra-se esposada na Lei nº:14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos devendo todo o procedimentos licitatórios se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

No presente processo, a observa-se que se encontram presentes os requisitos legais que autorizam a dispensa licitatória se justificando através da “contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto de engenharia visando sistema de proteção contra descargas atmosféricas (spda), em atendimento à Câmara Municipal de Breu Branco – Pa.”.

Considerando a imprescindibilidade de prestação dos serviços , consoante a o que se dispõe a justificativa.

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no inciso I do Art. 75, da Lei Federal nº14.1336/2021, tendo em vista que o valor da contratação não ultrapassa o limite previsto no Decreto 11.871/2023, que alterou o Art. 75 da Lei 14.133/21, senão vejamos:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

...

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;”

Decreto 11.871/2023:

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

(...)

Art. 75. caput. R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos)

O que, portanto, deixa o processo analisado devidamente amparado pelos valores estabelecidos na legislação vigente.

Ademais, como já mencionado, o procedimento se encontra instruído com solicitação e autorização da autoridade máxima da Câmara Municipal, que comprova a necessidade do mesmo para os fins desta Administração Pública.

Consta no processo a pesquisa de preços conforme determinou Tribunal de Contas da União - TCU, o que torna vantajosa e menos onerosa para o mesmo, observando assim o princípio da economicidade da administração pública, isto é, buscando a parcimônia ou modicidade



Estado do Pará
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BREU BRANCO

nos gastos públicos, evitando-se desperdícios e obtendo bons resultados na atuação da Administração com o menor custo possível, sendo o procedimento licitatório um dos seus instrumentos básicos.

Destaca-se que se encontra nos autos a Declaração de Adequação Orçamentária que correrá a despesa, qual seja: EXERCÍCIO DE 2024, UNIDADE ORÇAMENTARIA: CAMARA MUNICIPAL DE BREU BRANCO PROGRAMA DE TRABALHO: 01.031.0001-2.001 – Manutenção da Camara Municipal, Natureza da Dispensa: 33.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Juridica

CONCLUSÃO

Assim, essa controladoria conclui que o referido processo se encontra, revestido das formalidades legais, fica apto para gerar despesas ao órgão.

Por fim, ressaltamos que as informações elencadas desde o início de todo o processo até sua conclusão são de inteira responsabilidade e veracidade do Setor de Licitação, departamento que conduziu/gerenciou todo o processo.

Desta feita, retornem-se os autos ao Setor de Licitação, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Salvo melhor Juízo, é o Parecer.

Breu Branco, 23 de setembro de 2024.

Lais Silva de Oliveira
Controladora Interna
Portaria 004/2023 CMBB